INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

AGRICULTURA BRASILEIRA: DO BONDE AO TREM-BALA

Francisco Barbosa

Sócio Presidente - IPADES

No século passado a agricultura brasileira, em uma visão abrangente, teve duas fases distintas. Na primeira metade do século pautou-se primordialmente pelo uso dos recursos naturais, pelo conhecimento e intuição dos agricultores. Na segunda metade, tem-se uma crescente geração e incorporação de tecnologia tropical que a transformou em líder mundial da agricultura tropical neste início de século XXI. Quanto ao financiamento, teve o crédito rural institucionalizado nos anos 1960 e subsidiado até o início dos anos 1980; posteriormente novos mecanismos de financiamento surgiram com a disponibilização dos insumos pelas empresas privadas. A assistência técnica oficial, também institucionalizada a partir dos anos 1960, seguiu caminho semelhante ao dos insumos, a partir dos anos 1980.

A queda da importância das sementes selecionadas de materiais genéticos produzidos pelas instituições públicas de pesquisa avançou na agropecuária brasileira desde os anos 1980. Nos anos 1970, exceto o milho híbrido - privado nos anos 1960 -, as sementes selecionadas eram oriundas da genética pública. Hoje, nas lavouras de cana para indústria, soja, milho e algodão, quase todo o material vem da genética privada.

Com a mudança no padrão de financiamento do custeio da agropecuária brasileira foi ficando insignificante a participação das sementes de variedades públicas não só da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mas também de todas as estruturas públicas de pesquisa.

A liderança da genética pública está sendo assumida pela pesquisa privada em lavouras relevantes que não apenas a soja. O mesmo ocorreu na pesquisa estadual paulista, que criou a agricultura tropical brasileira com o café IAC Mundo Novo (1952),

o qual libertou esse produto da terra roxa, permitindo seu cultivo nos solos arenosos e nos cerrados. Em 1972 a mesma pesquisa lançou a IAC 12 para baixa latitude (a soja tropical). O algodão, até 1989, vinha da genética pública paulista, Instituto Agronômico (IAC). Nos cerrados, no pós1995, mais que a mecanização da colheita e a enorme escala, houve troca do material genético público (IAC) do algodão meridional (SP e PR) pelas variedades importadas. Lembre-se que a construção da cotonicultura brasileira em terras paulistas e, depois, paranaenses foi resultado da genética pública paulista, que ganhou reconhecimento mundial. Hoje no Centro-Oeste a cotonicultura avança com a participação da pesquisa privada.

Essa mudança não ocorreu pela transgenia usando variedades da genética tradicional, o que mostra ser o caso da soja apenas uma etapa de um processo mais longo, basta não voltar às costas à História. Isso se acelerou com a lógica de tomada de decisão dos lavradores diante do novo padrão de financiamento do custeio agropecuário. Nos anos 1970 o lavrador ia ao banco tomar crédito rural subsidiado e, com dinheiro na conta, escolhia o material genético assistido pela ampla rede de extensão rural estatal que disseminava a genética pública.

O crédito subsidiado foi desmontado com a crise da dívida pública no começo dos anos 1980. E as empresas de insumos com plantas construídas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) criaram mecanismos privados para financiar o custeio das safras, cuja forma pioneira foi o contrato de soja verde. Em 1995 foi criada a Cédula de Produto Rural, tornada com liquidação financeira em 2000. E no mesmo quinquênio surgiram as novas legislações sobre sementes e direitos de propriedade intelectual.

Nos anos seguintes as empresas de agroquímicos compraram as empresas de sementes privadas e a reforma do setor público reduziu a capacidade local da extensão rural estatal. Como exemplo, a antiga rede estadual paulista de Casas da Lavoura hoje praticamente inexiste. A extensão rural nos Estados, quando existe atua de modo precário com agricultores assentados. No Maranhão há mais de uma década, essa atividade foi extinta. Quem agora fornece assistência técnica são as poderosas redes das empresas privadas de sementes, que multiplicam ensaios de demonstração em todo o espaço das principais lavouras. Mas, nesse contexto a liderança fica com o agronegócio.

As diferenças de produtividade e de qualidade entre as sementes disponíveis para as principais lavouras são pouco relevantes (em torno de 5% a 7%). Sem a assistência técnica e extensão rural pública irradiar seus resultados - material genético, para manter padrão de alta resposta nas culturas anuais, exige troca quase todo ano - e sem acesso ao novo padrão de financiamento, a genética pública ficou de mãos amarradas, e os instrumentos privados foram ampliados, em 2004, com os novos títulos financeiros dos agronegócios (CDCA, CRCA, LCA e WA). Os planos de safra das grandes lavouras, pelas suas regras, cobrem cerca de um terço do custeio da safra. E semente é custeio. Trata-se de um novo padrão de financiamento com base na venda antecipada. Os lavradores que plantavam para vender passaram a vender para plantar, numa inversão da lógica da tomada de decisão de produzir.

As empresas de sementes privadas (na maioria, de agroquímicos) utilizaram-se desses mecanismos para ocupar o mercado de sementes. E as estruturas públicas, mesmo a Embrapa, não têm mecanismos para emitir títulos financeiros. Daí as sementes públicas terem sido alijadas do mercado. Novos desdobramentos estão por vir em outras lavouras. Uma grande multinacional comprou empresa de ponta da genética canavieira e, recentemente, lançou novos materiais genéticos num mercado que há décadas já era totalmente dominado pela genética privada de capital nacional.

A participação da empresa privada, na pesquisa, assistência técnica e no financiamento da agropecuária nacional é bem-vinda. No entanto, o equilíbrio entre a participação do público e do privado nesses três setores do agro brasileiro deve ser buscado e mantido por dois importantes aspectos. O agronegócio pujante é hoje uma marca da agricultura brasileira, que deve ser mantida e ampliada. A agricultura por seu padrão de economia atomizada é o segmento que com mais facilidade e menor custo pode fazer a inclusão social que o país tanto precisa e a economia verde recomenda. A questão não é ser bonde ou trem-bala, mas ser uma agricultura moderna e eficiente em que vários atores são importantes e encontram espaço de coexistência pacífica e produtiva.